Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. RONALDO CHADID

DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 8315/2015

PROCESSO TC/MS	: TC/811/2014
PROTOCOLO	: 1477113
ÓRGÃO	: FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE
RESPONSÁVEL	: ROSMAR BATISTA ALVES
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO Nº 4/2014
RELATOR	: RONALDO CHADID

Em exame a formalização do Contrato nº 4/2014, o 1º Termo Aditivo, e a execução financeira da referida contratação, que foi celebrada entre a Fundação de Saúde Pública do Município de São Gabriel do Oeste/MS e a Empresa de Pequeno Porte Riaj Comercial Ltda., cujo objeto é a aquisição de materiais de higiene, limpeza e EPI, para o Hospital Municipal, pelo período de 12 (doze) meses, no valor de R$ 32.269,65 (trinta e dois mil e duzentos e sessenta e nove reais e sessenta e cinco centavos).

A aquisição objeto do contrato supracitado decorre do procedimento licitatório - pregão presencial nº 141/2013 - julgado regular, por meio do Acórdão nº 1120/2014, no processo TC/MS 816/2014.

A equipe técnica ao analisar a documentação encaminhada concluiu que a 2ª e 3º fases da contratação supracitada se encontram em consonância com as normas de Licitações e Contratações Públicas, e observou o estatuído nas Instruções Normativas e no Regimento Interno desta Corte de Contas (Análise nº 11165/2015).

O ilustre representante do Ministério Público de Contas proferiu parecer opinando pela legalidade e regularidade da formalização do contrato, do termo aditivo e da execução financeira (Parecer nº 14868/2015).

É o que cabe relatar.

Passo a expor às razões da presente decisão.

Trata-se o presente processo da análise da 2ª e 3ª fases da contratação realizada pela Fundação de Saúde Pública do Município de São Gabriel do Oeste/MS, cujo objeto é à aquisição de materiais de higiene, limpeza e EPI.

O Contrato nº 4/2014 foi regularmente celebrado com a Empresa de Pequeno Porte Riaj Comercial Ltda., estando presentes as cláusulas necessárias, previstas nos artigos 54, parágrafos 1º e 2º, 55 da Lei 8.666/93, visto que existe a qualificação das partes, clareza quanto aos direitos e obrigações das partes, assim como as condições para sua execução, publicado nos termos do art. 61,

parágrafo único, daquela Lei.

Consta nos autos o 1º Temo Aditivo, referente à prorrogação de prazo por 90 (noventa) dias, formalizado em conformidade com o descrito nos arts. 57, § 4º c/c art. 65, I "*a*" e II, "*b*", e 65, §1º, da Lei Federal 8.666/93, publicado em conformidade com o art. 61, *parágrafo único*, do mesmo Instituto Legal, instruído com os documento elencados no Anexo I, Capítulo III, Seção I, 1, 1.2, 1.2.2, *"a"* e "*b",* da IN/TCE/MS nº 35/11.

A documentação comprobatória dos atos executórios se apresentou da seguinte forma:

Valor inicial do contrato	R$ 32.269,65
Valor empenhado	R$ 22.842,25
Despesa liquidada	R$ 22.842,25
Pagamento efetuado	R$ 22.842,25

Conforme demonstra o quadro acima, a despesa empenhada foi devidamente liquidada e paga dentro dos ditames estabelecidos nos artigos 62 *usque* 65 da Lei nº 4.320/64 e em consonância com a Instrução Normativa TCE/MS nº 35/11, comprovados integralmente no valor R$ 22.842,25 (vinte e dois mil e oitocentos e quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos).

Mediante o exposto, acolho o parecer ofertado pelo Ministério Público de Contas, e nos termos do art. 59, inciso I, da Lei Complementar nº 160/12 c/c art. 120, incisos II e III, do Regimento Interno desta Corte de Contas, aprovado pela RN/TCE/MS nº 76/13, **DECIDO** pela **REGULARIDADE** da formalização do Contrato nº 4/2014, do 1º Termo Aditivo, e a execução financeira da referida contratação, no valor de R$ 22.842,25 (vinte e dois mil e oitocentos e quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos), pela observância às disposições das Leis n^{os} 8.666/93 e 4.320/64 aplicáveis ao caso em exame.

É a decisão.

Remetam-se os autos ao Cartório para publicação nos termos do art. 65 da Lei Complementar 160/12, e demais providências, consoante disposição do art. 70, parágrafo 2º da RN/TC/MS 76/13.

Campo Grande/MS, 28 de outubro de 2015.

Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

ASP